

Justiça Com avanço da pobreza depois da pandemia e alta impunidade, mais de 2.500 vítimas foram libertadas no país até começo deste mês, maior nível em dez anos

Trabalho análogo à escravidão cresce quase três décadas após Brasil criar fiscalização

Liane Thedim
Do Rio

“Eu, uma pobre coitada, cinco filhos, sem marido, fiz o trabalho do país todo.” É como dona Pureza Lopes Loyola resume sua jornada, que começou há exatamente 30 anos ao sair sozinha de Bacabal, cidade maranhense de 100 mil habitantes a 240 quilômetros de São Luís, em busca do filho, aliciado para trabalhar em condições análogas à escravidão no interior do Pará. Enfrentou onça, jagunço, fome, frio, sol e medo até que sua luta ganhou projeção nacional e abriu caminho para a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), até hoje um dos principais instrumentos da política pública de combate a esse crime. Muito se pensava ter avançado desde então, mas a grave piora nos indicadores em 2023 deu o alarme: 2.592 vítimas foram libertadas até 3 de outubro, um recorde para o período nos últimos dez anos, segundo o Ministério do Trabalho. Além disso, em outubro, a “lista suja” de empregadores envolvidos no crime teve a maior atualização da história, com 204 nomes adicionados, somando um total de 473 pessoas físicas e jurídicas.

“Aumentou porque os poderosos são muitos. Então, levam o filho do Pedro, da Pureza, da Maria e vão botando escravizados para trabalhar, produzindo muito porque não pagam dinheiro, pagam na bala”, diz dona Pureza, com seu jeito simples, em entrevista ao **Valor** por chamada de vídeo.

Segundo especialistas, entre as causas para a deterioração recente estão o crescimento da pobreza, agravado pela pandemia; o avanço da terceirização, facilitada pela reforma trabalhista; o baixo índice de punição criminal de envolvidos; e até mesmo a retomada firme das fiscalizações, em um ambiente político mais favorável a partir deste ano, com o novo governo. “A crise socioeconômica aumentou a vulnerabilidade, e as pessoas ficaram mais expostas a entrar em situações como essa. A reincidência é muito grande porque, uma vez libertado, o trabalhador não tem opções e volta a cair em armadilhas. O resgate é só a ponta do iceberg”, afirma Vinicius Pinheiro, diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil.

O país voltou ao mapa da fome da ONU em 2018, e desde então a situação só piorou. Relatório de julho deste ano do organismo mostra que 21,1 milhões estavam em situação de insegurança alimentar grave em 2022, o que corresponde a 9,9% da população. Entraram para a estatística, desde o último levantamento (2019-2021), 5,7 milhões de brasileiros.

“Caminhamos muito na repressão, agora precisamos avançar na prevenção e no pós-resgate”, diz Marina Ferro, diretora-executiva do InPACTO, ONG que atua com as empresas para promover o trabalho decente nas cadeias produtivas. O assunto também ganhou visibilidade no fim de setembro, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinaram um compromisso mútuo para combater a precarização do trabalho, tendo os sindicatos como base de apoio.

Na prevenção, os especialistas são unânimes ao apontar a importância de tornar obrigatória a chamada “devida diligência”, atualmente prevista em um decreto de 2018 mas de adesão voluntária. A regra já é uma realidade em diversas nações, como França e Alemanha, e está em vias de valer para toda a União Europeia — a diretiva aprovada pelo Parlamento Europeu está em sua última fase de negociação, o que vai afetar diretamente a compra de produtos do Brasil.

A prática exige que corporações identifiquem, previnam, mitiguem e respondam por danos que causem ou para os quais contribuam em toda a cadeia produtiva na qual se inserem. Trocando em miúdos: a vinícola do Sul, por exemplo, passa a ser obrigada a verificar em todas as etapas, desde a plantação da uva até a fábrica da rolha da garrafa, se há alguma violação a direitos humanos ou meio ambiente.

“As empresas no Brasil, principalmente a cadeia do agronegócio, estão sentindo na pele e começando a reagir, mas é importante que o Brasil tenha seu próprio marco regulatório. Há uma corrida, uma série de organizações trabalhando nesse sentido”, diz Ferro. “Quando as empresas resolvem fazer esses sistemas de controle são muito eficientes.”

Pinheiro, da OIT, conta que percebeu uma quantidade maior de CEOs comprometidos com o tema. “Eles estão cientes do risco para suas corporações. Não tem como se esquivar ao ter a cadeia toda responsabilizada.”

Renato Bignami, auditor-fiscal do trabalho e diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), diz que a devida diligência obrigatória ganha mais importância diante da precarização da estrutura de fiscalização atual.

De acordo com ele, há 1.940 auditores em atividade, para um mercado de 110 milhões de trabalhadores, menor patamar histórico. O número ideal, afirma, seria entre 6 mil e 7 mil fiscais, mas o problema seria amenizado se ao menos as 1.700 vagas abertas, de servidores aposentados, fossem preenchidas. O governo já autorizou concurso para 900. “Por isso, a gente vem buscando chamar a atenção para a importância das cadeias produtivas no desafio de combate ao trabalho escravo”, comenta Bignami.



Dona Pureza, que virou ícone do combate ao trabalho escravo no Brasil: “Vi muita gente humilhada e torturada”

“Uma vez libertado, o trabalhador volta a cair em armadilhas. O resgate é só a ponta do iceberg”
Vinicius Pinheiro

Já a melhoria do pós-resgate é um dos focos da revisão do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, cujo processo começou agora em agosto com uma primeira reunião com OIT, ministérios ligados ao tema, entidades empresariais, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e representantes da sociedade civil. O primeiro plano foi lançado há 20 anos e revisto cinco anos depois. Desde então, 15 anos, portanto, permanece igual.

“São três eixos de atuação: prevenção, repressão e reinserção. E a reinserção é o ponto principal nessa revisão do plano, porque é uma fragilidade do atual. É o que vai quebrar o ciclo de revitimização”, explica Andréia Minduca, coordenadora de Apoio à Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae, órgão vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que articula a coordenação de todas as entidades que atuam no combate.

Segundo ela, o caso do resgate de cerca de 200 trabalhadores em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, em fevereiro, foi um divisor de águas. Os funcionários eram terceirizados e mantidos em condições degradantes, sob ameaça e violência. As vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton tiveram que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em que se comprometem a pagar R\$ 7 milhões de indenização por danos morais individuais e coletivos. “Principalmente no Sul o número de denúncias explodiu. Em 2018 e 2019, tive-

mos dois casos de resgate no Rio Grande do Sul. Neste ano, já temos 304. Toda a sociedade se mobilizou. Quase dez instituições procuraram a Conatrae para serem observadoras.”

Minduca aponta que também o Legislativo se engajou e foram apresentados vários projetos de lei para, por exemplo, regulamentar a expropriação de terras em locais onde se encontra trabalho escravo. A coordenadora do Conatrae ressalta ainda o aumento nas denúncias de trabalho escravo doméstico, impulsionado pela legislação do setor, de 2015. “As situações não eram diferentes antes da lei, mas eram normalizadas. Em 2017 começam a aparecer casos e de lá pra cá só aumentam.”

No Ministério Público do Trabalho (MPT), o número de denúncias recebidas subiu de 2.098 em 2022 para 2.502 neste ano (nos dois casos, até agosto). Nos setores com mais resgates neste ano, a cana de açúcar vem em primeiro lugar (361); seguida de apoio à agricultura (268); cultivo de lavouras (261); produção florestal (245) e café (152). O procurador-geral José de Lima Ramos Pereira diz que vem buscando apoio dos governadores para incrementar as políticas públicas de prevenção, por meio das comissões estaduais de combate ao trabalho escravo. Por enquanto, apenas dois, do Rio Grande do Sul e da Bahia, já aderiram. “O que mais impressiona é a indiferença do empregador que usa o trabalho escravo. Ele quer lucrar, não interessa como”, conclui.

‘Fui movida pela minha fúria; parecia um trovão’

Do Rio

A luta de dona Pureza Lopes Loyola para encontrar o filho correu o mundo, mas basta um início de conversa para perceber que ela tem muitas outras histórias para contar. Nascida em Presidente Juscelino, a 85 km de São Luís, estudou até a segunda série e muito cedo foi obrigada a conhecer a vida adulta. “Minha mãe me casou nem seio eu tinha. Era um homem maduro com filhos, outras mulheres. Eu tenho nojo quando me lembro”, recorda, em entrevista ao **Valor** por ligação de vídeo.

Ela acredita que tinha por volta de 13 anos nessa época. Isso porque até hoje dona Pureza não sabe ao certo sua idade. “Tenho 80 anos nos documentos, mas na pessoa não sei. Aumentaram para eu votar a primeira vez. Meus pais não se importaram. Eu queria votar, me deram uns papéis dizendo que eu tinha 18 anos, e eu fui.” Para descobrir o ano em que nasceu,

dona Pureza está à espera da papelada do seu batismo, que mandou buscar em Rosário. “Acho que tenho uns setenta e poucos.”

Do casamento, só gosta de falar dos cinco filhos — três homens e duas mulheres —, que hoje têm entre 60 e 45 anos e lhe deram quatro netos e três bisnetas. Todos moram no entorno de dona Pureza, em Bacabal, para onde se mudou ainda casada. Com orgulho, ela conta que conseguiu ajeitar a casa ao longo dos anos — “Os vizinhos acham que sou rica”, comenta, às gargalhadas, enquanto mostra sua cozinha pela câmera do celular —, que uma das filhas se formou em enfermagem e outra está prestes a concluir o mesmo curso.

Antônio Abel, o cacula dos homens e que saiu de casa aos 18 anos aliciado por “gatos”, atualmente trabalha com criação de aves. Na época em que ele sumiu, em 1993, ela tinha uma fábrica de tijolos no seu terreno e o marido já tinha ido embora. Des-

confiada da falta de notícias de Abel, saiu de casa com a roupa do corpo, uma Bíblia e a foto do filho. “Fui movida pela minha fúria. Parecia um trovão.”

Em sua busca, dona Pureza andou quilômetros a pé, de fazenda em fazenda, trabalhando de cozinheira. “Fui a acampamento, roça, ‘derrubação’ de madeira, carvoaria. Onde diziam que tinha muito homem trabalhando eu ia. Dormi na estrada quando acabou o dinheiro.” Em cada cativo, o quadro que ela encontrava é o mesmo até hoje: trabalhadores privados de contato com o mundo exterior e sem documentos, obrigados a comprar comida, ferramentas e roupas na própria fazenda, a preços mais altos, e sob vigilância de seguranças armados.

Com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fez contatos com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Foram dois anos de muitas portas fechadas até que, em 1995, os da-

dos que conseguiu com sua peregrinação e levou às autoridades deram impulso à criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), que desde então já resgatou 61 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão.

O filho só apareceu um ano depois, em 1996. Ela conta que tinha ido em casa tentar vender parte do seu terreno para voltar à estrada, quando o telefone do orelhão próximo tocou. “Começaram a me chamar gritando. Falei: Abel, denuncie tudo, meu filho. ‘Mãe, não venha atrás de mim, a senhora não sabe o perigo que está vivendo’. Ele viu muitos companheiros morrerem”, lembra. Abel, que antes do garimpo no Pará tinha passado por uma plantação no Maranhão, tinha conseguido fugir com dois amigos. “Quando vi Abel, fiquei novinha em folha. Ele disse: ‘Não vou mais embora, vou ficar mais você’. E estamos aqui agora.”

Em 1997, em reconhecimento por seu trabalho, Pureza recebeu

em Londres o Prêmio Anti-Escravidão, concedido pela Anti-Slavery International, mais antiga ONG em atividade contra o trabalho escravo no mundo. E em junho deste ano ganhou em Nova York o prêmio Trafficking in Person Report TIP Heroes Award, pela primeira vez concedido a uma brasileira.

Sua história foi contada no filme “Pureza”, de Renato Barbieri, que estreou nos cinemas no ano passado, com Dira Paes no papel principal. “Vi muita gente humilhada, torturada, gente dizendo que ia morrer, que não ia mais voltar para casa porque estava devendo. Me sinto bem com os prêmios, mas bom mesmo é ver essas pessoas salvas. É o que me conforta.”

Católica fervorosa, dona Pureza diz que hoje não tem mais força física para lutar, mas mantém viva sua indignação, ainda maior agora com o crescimento nos casos de trabalho escravo. “Agradeço a Deus por não ter sido morta, e agora poder contar tudo que vi.”